

LTDA:17556142000132
Dados: 2026.10.09 10:29:26 -03'00'

contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de contratos com o devedor; • Inadimplência no ato de mais de 90 dias; • Restrição normal de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é deduzida do resultado e reconhecida em ORA. Balcar: A valor contábil bruto de um ativo financeiro é balçado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da balança com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor balçado. No entanto, os ativos financeiros balçados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Com base em sua experiência, não houve recuperação de clientes corporativos após seis meses. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Em 2025 não foram identificados indicativos de *impairment* na Companhia, no entanto em 2024, conforme nota explicativa 5.6, estoque e imobilizado respectivamente, foi reconhecido *impairment* destes ativos. **I. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que uma saída de recurso seja requerida para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados; e, também, as obrigações legais são registradas quando há uma exigível independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questiona a constitucionalidade de tributos. **k. Tributação: Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído com contrapartida no balanço a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	% -Alíquotas
Programa Integração Social - PIS	1,65%
Contribuição para Seguridade Social - Cofins	7,60%

Esses encargos são demonstrados como deduzidos de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Cofins são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido (9%) são avaliados considerando os efeitos fiscais, contábeis, conjunturais, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é calculado sobre todos os diferenças temporárias, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda diferido representa prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém, a sua compensação é feita em até 30% do montante do imposto diferido em relação a cada exercício. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os impostos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **l. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro ou passivo financeiro. **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para o grupo de ativos financeiros. **Reserva para recuperação subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR); e • Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é attingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto. • No reconhecimento inicial de certos investimentos em um instrumento patrimonial que não sejam mantidos para negociação, a Companhia fez uma escolha irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor

justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. • Todos os ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima (por exemplo, ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo), são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O modelo de negócio da Companhia é o seguinte:

Mantido para recebimento	A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio. O objetivo do modelo de negócio para esses instrumentos financeiros é cobrar os valores devidos dos contratos a receber da Companhia e obter receita de juros contratuais sobre os valores cobrados.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas	
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada pelo método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativo financeiro - Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente, como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* efetivo, conforme apropriado. **Passivo Financeiro - Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é balçado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para proteção. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. **m. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. **o. Novas normas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras: **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (IFRS 18 substitui o CPC 26/IAS):** O IFRS 18 substitui o CPC 26/IAS 1, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e será aplicável a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Este novo padrão introduz a obrigatoriedade de classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. Além disso, as entidades devem apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido, embora o lucro líquido permaneça inalterado. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) não serão divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras, e o padrão oferece orientações aprimoradas sobre o agrupamento de informações. Todas as entidades também são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está avaliando o impacto do novo padrão, especialmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, à demonstração dos fluxos de caixa e às divulgações adicionais exigidas para MPMs, além de analisar como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")** (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 16): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não participa de acordos de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas. A Companhia não identificou impacto relevante, nas demonstrações financeiras. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • **Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback** (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e • **Ausência de convertibilidade** (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3. Retificação de valores correspondentes: Durante o exercício de 2025, a Companhia concluiu as análises que estavam em andamento, desde o exercício de 2024, e identificou que os ajustes referentes ao *impairment* de Estoques e Imobilizado foram apurados e reconhecidos incorretamente nas demonstrações financeiras do exercício final em 30 de setembro de 2024. Consequentemente, os ativos e o resultado daquele exercício foram apresentados a menor do que deveriam, caso a Companhia tivesse concluído tais análises antes do exercício de 2024. Em razão disso, foram feitos os seguintes ajustes para corrigir por meio da reapresentação dos valores correspondentes nessas demonstrações financeiras. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

(i) Impactos no balanço patrimonial:	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Estoques (circulante)	-	473	473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.552	(335)	3.217
Imobilizado	1.046	513	1.559
Outros ativos	30.739	-	30.739
Total do ativo	35.337	651	35.988
Passivo			
Dividendos a pagar (circulante)	1.609	33	1.642
Outros passivos (circulante)	11.324	1	11.325
Total passivo	12.933	34	12.967
Patrimônio líquido			
Reserva de capital	630	7	637
Reserva de lucros	4.094	610	4.704
Capital social	17.680	-	17.680
Total do patrimônio líquido	22.404	617	23.021
Total do passivo	35.337	651	35.988

(ii) Impactos na demonstração do resultado e resultado abrangente:					
	2024	Ajustes	2024		
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)		
Custos dos produtos vendidos	(14.559)	986	(13.573)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.944	(335)	1.609		
Outros	12.104	-	12.104		
Lucro líquido do exercício	(511)	651	140		
	2024	Ajustes	2024		
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)		
Lucro líquido do exercício	(511)	651	140		
Resultado abrangente total	(511)	651	140		
Demonstração do fluxo de caixa: A reversão parcial dos saldos de estoque e do <i>impairment</i> do ativo imobilizado, registrada no resultado do exercício, não representou entrada ou saída de caixa no período. Dessa forma, tais efeitos foram ajustados no fluxo de caixa das atividades operacionais, por se tratarem de variações patrimoniais sem impacto no caixa.					
	2024	Ajustes	2024		
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(803)	986	183		
Provisão para desvalorização de estoques	1.349	(473)	876		
Perda por valor recuperável de ativos imobilizados	1.185	(513)	672		
4. Caixa e equivalentes de caixa					
		2025	2024		
Caixa e bancos		1.330	3.150		
Aplicações financeiras		20.102	23.957		
		21.432	27.107		
As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário e que podem ser resgatados imediatamente com o próprio emissor do instrumento sem perda de remuneração contratada. Essas aplicações financeiras são remuneradas a taxas que variam entre 97,5% e 99,5% (97,5% e 100% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).					
5. Contas a receber					
		2025	2024		
Duplicatas a receber - País		-	203		
Duplicatas a receber partes relacionadas		1.908	1.807		
		1.908	2.010		
Não existem títulos vencidos há mais de 90 dias, devido a isso não houve a necessidade de reconhecimento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) neste exercício.					
6. Estoques - Reapresentação - Estoque					
		2025	2024		
			Reapresentado		
Produtos acabados		460	473		
		460	473		
7. Imobilizado: Imobilizado - Reapresentação: As movimentações do custo e depreciação do imobilizado estão na tabela abaixo:					
	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
Custo:					
Saldo em 30 de setembro de 2023	9.885	21.714	94	151	31.845
Adições	-	168	8	-	176
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	151	-	(151)	-
Saldo em 30 de setembro de 2024 (Reapresentado)	9.885	22.033	103	-	32.021
Adições	-	-	-	7.048	7.048
Baixas	-	(5.071)	(36)	-	(5.107)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2025	9.885	16.961	67	7.048	33.961
	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total
Saldo em 30 de setembro de 2023	(8.266)	(20.646)	(41)	-	(28.953)
Depreciações	(627)	(202)	(8)	-	(837)
Baixas	-	-	-	-	-
Redução por valor recuperável	-	(672)	-	-	(672)
Saldo em 30 de setembro de 2024 (Reapresentado)	(8.893)	(21.520)	(49)	-	(30.462)
Depreciações	(441)	(824)	(12)	-	(1.277)
Baixas	-	6.048	24	-	6.071
Redução por valor recuperável	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2025	(9.334)	(16.456)	(37)	-	(25.828)
Valor residual líquido:					
Em 30 de setembro de 2024 (Reapresentado)	992	513	54	-	1.559
Em 30 de setembro de 2025	551	505	30	7.048	8.133
8. Outros ativos					
		2025	2024		
Seguros a receber (*)		13.000	-		
Outros ativos circulantes		96	32		
		13.096	32		
(*) Em 30 de outubro de 2025 e 26 de maio de 2026, a Companhia obteve respectivamente o recebimento dos valores de R\$ 8.000 e R\$ 5.000, da seguradora, referente ao sinistro ocorrido em abril de 2024.					
9. Adiantamento aos fornecedores: Adiantamentos realizados para os fornecedores GE e Voith, referente ao reparo dos geradores e das turbinas.					
		2025	2024		
Voith Hydro Ltda.		2.764	-		
GE Vernova Equipamentos		7.133	-		
Voith Hydro Services Ltda.		1.486	-		
Outros		11	-		
		11.394	-		
10. Partes relacionadas: a. Controladora e controladora final: No exercício de 2025, a controladora direta da Companhia é a Empresa Energy Assets Ltda., cujo controlador final da Companhia é a Siemens Energy AG com sede na Alemanha. b. Operação com pessoal-chave da Administração: A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o exercício de 2025 totalizou R\$ 12 (R\$ 21 em 2024), incluindo remuneração direta (salário, benefício e outras), remuneração variável (bônus e pagamento baseado em ações) e benefícios pós-emprego. c. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas referem-se a operações realizadas entre a Companhia com entidades e pessoas com vínculo significativo, incluindo controladoras, controladas, coligadas, diretores e outras entidades com influência significativa. Essas transações são conduzidas em condições de mercado e devidamente divulgadas conforme as normativas aplicáveis. Balanço patrimonial: A Companhia mantém operações de venda de energia a acionistas e os saldos e transações estão a seguir apresentados:					
		2025	2024		
Ativo					
Contas a receber					
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		1.908	1.807		
		1.908	1.807		
Passivo					
Contas a pagar					
Siemens Energy Brasil Ltda.		293	3		
Energy Assets do Brasil Ltda.		2.058	587		
		2.351	590		
Dividendos					
Energy Assets do Brasil Ltda.		3.469	1.469		
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-G)		317	173		
		3.786	1.642		

continua...

continuação

	2025	2024
Resultado		
Receita bruta de vendas		
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEE-E-D)	13.347	12.843
Despesa operacional		
Energy Assets do Brasil Ltda.	(1.147)	(964)
Siemens Energy Brasil Ltda.	(2.291)	(148)
Siemens Energy AG	-	(3)
	9.909	11.728

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: a. Reconciliação da alíquota efetiva dos impostos em relação à alíquota nominal-corrente:

	2025	2024
Reapresentado		
Lucro antes dos impostos sobre a renda	14.161	183
Despesa (Receita) de imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal de 34%	(4.815)	(62)
Ajustes relativos ao imposto de renda e contribuição social correntes do exercício	-	-
Inventário	(339)	-
Extensão salário maternidade/paternidade	(1)	-
Outras diferenças permanentes	25	19
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(5.130)	(43)

	2025	2024
Alíquota efetiva	36,23%	23,50%
b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos: Corresponde ao imposto de renda e a contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:		

	2025	2024
Reapresentado		
Depreciação	(489)	110
Provisões diversas	5.641	1.633
Provisões por desvalorização de estoque	10	295
Provisão por redução por valor recuperável	2.361	950
Outras provisões	7.524	3.217

c. Expectativa de realização dos créditos tributários: Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Reapresentado		
Expectativa de realização dos créditos tributários - Reapresentado	7.565	14
2026	14	2028
2027	70	2029
2028	1	2030
2029	7.524	

12. Impostos a recuperar: Os impostos a recuperar deverão ser realizados mediante compensação com débitos de tributos de mesma natureza e não são esperadas perdas na realização destes créditos. A partir de 2022, a Companhia obteve o benefício integral do ICMS, deixando de recolher ICMS na operação e, consequentemente passou a acumular crédito. Portanto não há perspectivas de consumir os créditos gerados, por isso uma provisão foi constituída sobre o saldo acumulado do crédito de ICMS. A partir de 2025, a Companhia não teve mais saldo de ICMS a recuperar.

	2025	2024
ICMS a recuperar	-	871
(-) Provisão recuperação ICMS	-	(871)
Imposto de renda retido na fonte	6.086	949
	6.086	949

13. Provisões para riscos cíveis e tributários: a. Tributário e cível: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 30 de setembro de 2025, os saldos estão refletidos da seguinte forma:

	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 30 de setembro de 2024	627	273	900
Saldo em 30 de setembro de 2025	627	273	900
Não circulante	627	-	627

	2024	2025
Saldo inicial	627	627
Adições	-	-
Baixa por utilização	-	-
Reversão	-	-
Saldo final	627	627
Tributário	627	-
Trabalhista	273	(273)
	900	(273)

	2023	2024
Saldo inicial	627	627
Adições	273	-
Baixa por utilização	-	-
Reversão	-	-
Saldo final	900	627
Tributário	627	-
Trabalhista	273	-
	900	627

14. Provisões diversas

	2025	2024
Provisões para custos ambientais e gerais	495	495
Provisão para custos a incorrer	-	82
Siônstrô	19.182	-
Franquia de seguro	2.513	5.203
	22.290	5.780

(*) Provisão para despesas com o reparo da Usina devido à indisponibilidade mencionada com mais detalhes no contexto operacional.

Movimentação dos saldos:

	2023	2024
Saldo inicial	965	84
Adições	84	(554)
Baixa por utilização	-	(2.499)
Reversão	-	-
Saldo final	2.581	495
Ambiental	965	84
Custos a incorrer	2.581	(554)
Franquia de seguro	5.203	-
	3.546	5.287

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Chamamos a atenção à nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que menciona que os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados com previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 25 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras.

	2024	2025
Saldo inicial	495	495
Adições	210	(292)
Baixa por utilização	21.065	(1.741)
Reversão	-	(143)
Saldo final	5.780	2.290
Ambiental	495	-
Custos a incorrer	82	(210)
Siônstrô	-	21.065
Franquia de seguro	5.203	-
	5.780	2.290

15. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social, subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024, está representado por 17.680.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 e uma ação preferencial sem valor nominal, composto como segue:

	2024	2025
Ordinária	15.817.000	15.817.000
Total	15.817.000	15.817.000
Energy Assets do Brasil Ltda.	1.863.000	1.863.000
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEE-E-G)	17.680.000	17.680.000

b. Dividendos: Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	2025	2024
Reapresentado		
Resultado do exercício	9.031	140
(-) Reserva legal (5%)	452	7
Base de cálculo dos dividendos	8.579	133
Dividendos propostos (25%) obrigatórios do período	2.145	33
Dividendos propostos - Reserva de lucros	-	1.609
Total de dividendos deliberados no exercício	2.145	1.642

Estes valores referentes aos lucros dos anos anteriores estão reconhecidos no balanço como Dividendos a Pagar, conforme abaixo:

	2025	2024
Energy Assets do Brasil Ltda.	1.919	1.469
Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica (CEE-E-G)	226	173
	2.145	1.642

c. Reserva legal: A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. Nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Neste ano foi reconhecido o valor de R\$ 452, sendo o acumulado de R\$ 1.089.

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	13.382	13.518
Impostos sobre o suprimento	(1.244)	(717)
Receita operacional líquida	12.138	12.801

17. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Reapresentado		
Classificado por natureza:		
Energia elétrica comprada para revenda	(7.518)	(3.163)
Materiais-primas e materiais de uso e consumo	(2.510)	(7)
Despesas com pessoal	(1.135)	(1.959)
Serviços de terceiros	(3.638)	(1.752)
Depreciação e amortização	(1.437)	(837)
Reversão (constituição) de perdas por valor recuperável	-	(672)
Reversão (constituição) de perdas por desvalorização de estoques	24	(876)
Reversão de provisão de ICMS	871	501
Siônstrô	10.301	-
Franquia de seguros	2.590	(5.203)
Outras receitas (despesas)	(1.561)	(14.495)
	(14.495)	(14.495)
Custo dos produtos vendidos	(10.657)	(13.573)
Vendas, gerais e administrativas	(618)	(922)
Outras receitas operacionais	9.824	-
	(1.451)	(14.495)

	2025	2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(17)	(10)
Outras	(18)	(11)
	(35)	(21)

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	3.492	1.888
	3.492	1.888

Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus valores na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.		

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e bancos	1.330	1.330
Aplicações financeiras	20.102	20.102
Contas a receber de clientes	1.900	1.900
Total ativos financeiros	23.340	23.340

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

	2025	2024
Passivo financeiro		
Fornecedores	2.743	2.028
Outros passivos financeiros	2.743	2.028
Dividendos a pagar	3.786	1.642
Total passivos financeiros	6.529	3.670

b. Considerações sobre riscos: (i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

	2025	2024
Reapresentado		
Fornecedores	2.743	2.028
Impostos e contribuições a recolher	3.786	62
Dividendos a pagar	1.642	139
Salários e férias a pagar	9.088	436
Imposto de renda e contribuição social	22.290	5.780
Provisões diversas	627	900
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7	2
Passivo atuarial	-	1.278
Adiantamentos recebidos	1.615	713
Outros passivos circulantes	40.774	12.967
Total do passivo	40.774	12.967

Patrimônio líquido

	2025	2024
Patrimônio líquido e dívida total	29.907	23.021
Coefficiente de alavancagem	0,58	0,36

(ii) **Risco de crédito:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo. A Companhia considera o risco de crédito de contas a receber baixo, tendo em vista que possui um contrato de longo prazo (PPA) com CEE-E-D que não apresenta risco nas operações de fornecimento de energia elétrica. (iii) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro, baseada no planejamento informado pelas unidades de negócio da Companhia. O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, assegurando suficiente disponibilidade de recursos para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimentos e financiamentos das necessidades da Companhia. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento:

				2025
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	2.743	-	-	-
Dividendos a pagar	3.786	-	-	-
				2024
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	2.028	-	-	-
Dividendos a pagar	1.642	-	-	-

(iv) **Risco com taxa de juros:** A principal consideração da Companhia a respeito do gerenciamento do risco de juros é mitigar o risco resultante das mudanças no valor justo de fluxos de caixa futuros. O risco surge quando os juros de ativos e passivos financeiros são diferentes. As variações de risco relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Índices Reais (i)	Projeção Índices (ii)	Cenário provável	Cenário +25%	Cenário +50%
Variação dos índices	15,00%	12,25%	12,25%	15,00%	18,00%
CDI Selic	15,00%	12,25%	12,25%	15,00%	18,00%
Risco de variação dos índices flutuantes					
Aplicações financeiras	1.854	2.129	2.198	2.266	2.266
Risco de variação dos índices flutuantes					
Aplicações financeiras	3.465	3.883	3.988	4.093	4.093

(i) Índices reais acumulados no resultado do exercício findo em 30 de setembro de 2025.

(ii) Fonte: Projeção Banco Central do Brasil 30/10/2025.

(v) **Derivativos:** Durante os exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, a Companhia não efetuou transações nem possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

20. Eventos subsequentes: Tributação sobre lucros e dividendos: A partir de 1º de janeiro de 2026, com a Lei nº 15.270/2025 foi instituída a retenção de imposto de Renda na fonte à alíquota de 10% sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas. A Administração está avaliando os potenciais impactos da nova legislação sobre as demonstrações financeiras futuras.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e bancos	1.330	1.330
Aplicações financeiras	20.102	20.102
Contas a receber de clientes	1.900	1.900
Total ativos financeiros	23.340	23.340

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e bancos	1.330	1.330
Aplicações financeiras	20.102	20.102
Contas a receber de clientes	1.900	1.900
Total ativos financeiros	23.340	23.340

São Paulo, 11 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda. Fábio Lopes do Carmo
CRC 2SP-014428/O-6 Contador CRC 1SP19217/O-3



A tradição em cuidar da saúde, formando quem vai cuidar do futuro

O Instituto Astrogildo nasce como o núcleo de ensino e pesquisa, do Complexo Hospitalar Astrogildo de Azevedo - o maior hospital privado do interior do RS -, levando para a sala de aula toda a qualidade e experiência no cuidado com os pacientes.

Nossos cursos unem conhecimento técnico-científico à prática hospitalar, desde o atendimento ambulatorial até a alta complexidade, conduzidos por profissionais que atuam diretamente na linha de frente, formando alunos preparados para atuar com segurança, competência e humanização.



Instituto
Astrogildo
de Azevedo
Ensino & Pesquisa



COMPLEXO
HOSPITALAR
ASTROGILDO
DE AZEVEDO

SAIBA MAIS, ACESSANDO: www.institutoastrogildo.com.br - FONE: (55) 3090.7510